

ENGENHOS, AÇÚCARES E NEGÓCIOS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (c.1655– c.1750)

Breno Almeida Vaz Lisboa
(UFF/Faculdade Líder-FAL)

Resumo: A economia açucareira na capitania de Pernambuco entre meados do século XVII e meados do século XVIII passou por vários problemas e dificuldades. Senhores de engenho e lavradores de canas se queixavam continuamente de muitas vezes não conseguirem produzir a contento. No entanto, em meio a tantos problemas o número de engenhos em Pernambuco não cessava de crescer neste interregno de cem anos, sugerindo que outros negócios que estavam além do âmbito dos engenhos e lavouras animavam e tornavam possível a superação das dificuldades na produção de açúcar. Desse modo, percebemos que os ramos de negócio mais importantes da capitania estavam interligados ao açúcar, gerando considerável acumulação interna em Pernambuco. Era assim essa acumulação interna que permitia novos investimentos em engenhos, possibilitava que a economia açucareira se reabilitasse e que o açúcar permanecesse como o produto mais importante da capitania no período.

Palavras-chave: Engenhos; Economia açucareira; Comércio

Abstract: Between the mid-seventeenth century and the middle of the eighteenth century, sugar industry of Pernambuco captaincy went through several problems and difficulties. Both plantation owners and small landowners continuously complained about the low production. Nevertheless, in the midst of so many problems, the number of sugar plantations in Pernambuco never ceased to grow in this hundred years interregnum, which suggests the importance of other businesses beyond the scope of sugar factories and plantations, that enabled the overcome of sugar production difficulties. Thus we observe that the most important branches of business of the captaincy were intertwined with sugar production, generating considerable internal accumulation in Pernambuco. Therefore, it was this internal accumulation that allowed investments in the sugar plantations and factories, enabling the rehabilitation of sugar economy and the permanence of sugar as the most important product of the captaincy for that period of time

Keywords: Sugar plantation; Sugar industry; Trade

Este artigo tem por objetivo principal propor uma resposta para uma pergunta pontual, qual seja: se entre meados do século XVII e meados do século XVIII a economia açucareira em Pernambuco esteve em boa parte desse tempo vivendo momentos de dificuldade ou até mesmo de crise (ou crises), por que o número de engenhos não diminuía ou estagnava, ao contrário, aumentava a olhos vistos? Em busca dessa resposta vejamos primeiramente a evolução dos engenhos de Pernambuco no período proposto para esse trabalho.

Evolução do número de engenhos em Pernambuco entre 1655 e 1750

Em 1655, portanto logo após a Restauração Pernambucana, a capitania possuía 109 engenhos.¹ Para levarmos esse número em conta e confrontarmos com o número de engenhos de anos posteriores devemos ter em mente os impactos da presença holandesa para a economia açucareira da capitania. É bom lembrar que poucos anos antes da invasão holandesa Pernambuco possuía um número de engenhos superior ao que existia em 1655. Em 1623 existiam 137 engenhos² e em 1629 a capitania contava com 150 deles.³ Se quisermos avaliar o comportamento do número de engenhos durante o período holandês veremos que foi a guerra de resistência entre 1630 e 1637 que trouxe uma maior diminuição para a quantidade de unidades produtoras. As batalhas entre holandeses e luso-brasileiros de norte a sul na zona da mata pernambucana fez com que os engenhos se reduzissem a 108 ao fim da guerra de resistência.⁴ No entanto, a recuperação se deu de forma muito rápida, pois em 1639 o número de engenhos já tinha aumentado para 121.⁵

Os impactos da guerra de restauração da capitania (1645–1654) para os engenhos se dão de forma mais concentrada e localizada, ao contrário do que ocorre com a guerra de resistência. Assim dizemos porque os engenhos seriamente afetados pela Restauração foram os localizados na parte norte da capitania, notadamente na freguesia de Paratibe (que pertencia ao município de Olinda) e na vila de Igarassu, onde praticamente todos os engenhos foram destruídos.⁶ Os engenhos do termo de Olinda – a exceção da já citada Paratibe e da freguesia da Várzea do Capibaribe⁷ – pouco sofreram com a guerra, situação análoga ao que se passou nas localidades ao sul da capitania. Assim, apesar da baixa registrada nas áreas açucareiras ao norte de Olinda, boa parte das principais áreas produtoras continuou com seus engenhos, sejam eles moentes ou de fogo morto, não obstante todas as ações belicosas durante os anos de ocupação holandesa.⁸

É difícil acompanhar a evolução do número de engenhos ao logo dos anos nessa segunda metade do século XVII, pois a próxima relação que traz o número de engenhos de Pernambuco foi elaborada em torno de 1710.⁹ Nesse interregno de cerca de 50 anos o aumento do número de engenhos foi extremamente notável: a capitania passou a ter 246 engenhos. Dado o número extremamente elevado, suspeitamos que Antonil incluiu os engenhos de Itamaracá e Paraíba, assim como o fizeram relatórios posteriores que fizeram a contagem de engenhos em Pernambuco. No entanto, há que se considerar que aquelas duas capitanias foram evacuadas durante as guerras holandesas e tiveram que reiniciar o processo

de colonização praticamente a partir do zero, e mesmo após a reativação da produção a economia açucareira seguiu com sérios problemas e com um número reduzido de engenhos.¹⁰ Portanto, do tal número de 246 engenhos pelo menos uns 200 engenhos, ou provavelmente mais, pertenciam a Pernambuco.

O caso da evolução do número de engenhos de uma determinada freguesia do termo de Olinda é bem ilustrativo do que relatamos no parágrafo antecedente. Em 1655 São Lourenço da Mata possuía apenas 9 engenhos, número esse aumentado para 29 em 1698. Ou seja, a freguesia mais do que triplicou seu engenhos em um curto período de cerca de 40 anos. De maneira que “os senhores locais iam expandindo a área produtiva açucareira, levantando engenhos “nos confins da freguesia de São Lourenço da Mata“, em áreas que distavam 12 ou até 16 léguas do porto do mar (Recife)“.¹¹ Dado o elevado número de unidades produtivas de açúcar, em 1701 a freguesia figurava em primeiro lugar no valor da arrecadação dos dízimos, o imposto mais importante da capitania e que incidia diretamente sobre a produção do açúcar.¹² A expansão foi tamanha que houve a necessidade de se criar uma nova freguesia para abrigar os novos engenhos localizados nos confins de São Lourenço. Criou-se então em 1689 a freguesia Nossa Senhora da Luz.¹³

Para a primeira metade do século XVIII também é difícil acompanhar a evolução do número de engenhos em Pernambuco em virtude da escassez de informações. Apenas nos meados do século temos uma informação precisa. A capitania em torno de 1750 possuía 276 engenhos, portanto, mais uma vez apresentou crescimento no número de unidades produtivas em um interregno de cerca de 40 anos.¹⁴ Neste meio de século os termos de Olinda e do Recife são dominantes em relação ao resto da capitania, pois 109 engenhos ficavam nas freguesias localizadas nas terras destes dois municípios.¹⁵

Assim, conforme temos visto, tanto entre meados do século XVII e o início do século XVIII, quanto entre inícios deste século e o metade do mesmo, o número de engenhos em Pernambuco apresenta um crescimento bastante razoável. E tal acontece em meio a ditas “crises“ e a uma série de dificuldades as quais enfrentava a economia açucareira na capitania.

Senhores, engenhos e produção

É difícil não chamar de crise a situação que viveu a economia açucareira da capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVII. Apesar de poucos anos após a Restauração boa parte dos engenhos serem reativados e a produção voltar a um nível razoável, a conjuntura econômica para o açúcar já era outra. Desalojados de Pernambuco, os holandeses aportam nas Antilhas, passando não só a controlar o comércio como também a produção do açúcar. Dessa forma, o açúcar antilhano produzido pelos holandeses entrou como concorrente do produto pernambucano, afetando sua colocação no mercado europeu. Para um observador contemporâneo o primeiro grande problema se dava justamente por conta dessa concorrência estrangeira. “A causa da diminuição e total ruína em que se acha o comércio dos frutos do Brasil não procedem de se obrar mal, senão de ser muito o que dele – das Barbadas e da Índia – vai à Europa.”¹⁶ A Inglaterra, por exemplo, que antes se abastecia em Portugal passou a receber regularmente das Barbadas quarenta navios com quatro milhões de arrobas de açúcar.¹⁷ Ao mesmo tempo, outra questão também é pertinente no entendimento da dita crise. Por conta da debilidade do sistema de frotas, demorava-se a embarcar o açúcar para o Reino, transcorrendo por vezes dois anos entre a fabricação e o comércio do produto na Europa. De tal forma que o produto chegava já “velho” para o comércio, perdendo muito de sua qualidade, já que “se o mais fino e seco, com bom sol, tem quebrado muita parte da bondade, que será em dois anos.”¹⁸

Tais problemas parecem manter relações com outras questões. Na verdade a maior parte do problema esteve ligado às eventuais mudanças na dinâmica do mercado atlântico na segunda metade do século XVII. Segundo Vera Ferlini, o açúcar de Pernambuco e Bahia, por ser de melhor qualidade, continuou mantendo seus consumidores na Europa mesmo com a concorrência antilhana. O que ocorreu, de acordo com a autora, foi uma baixa geral nos preços, afetando inclusive a produção nas Antilhas. A produção continuava razoavelmente próspera, os tempos é que eram outros, agora não tão favoráveis ao comércio do açúcar. Assim, “a crise da economia açucareira não pode ser condicionada, em si, à concorrência dos novos produtos antilhanos. A própria natureza da *plantation* e da comercialização do açúcar, a partir de 1640, tendia à ampliação da produção, que, se não ocorresse nas Antilhas, ocorreria no Brasil.”¹⁹

Some-se a isso uma epidemia de varíola que durante os governos de Brito Freyre (1661-1664) e de Mendonça Furtado (1664-1666) atingiu em cheio a produção de açúcar, já

que as principais vítimas da doença foram os escravos negros das lavouras e dos engenhos, deixando a produção seriamente prejudicada. Pela grande mortandade de escravos, alguns engenhos chegaram a parar de moer, interrompendo a produção²⁰

Por essas e outras os preços do açúcar despencaram: em Lisboa, o açúcar custava 3.500 réis a arroba em 1650, enquanto em 1668 caiu para 2.400 réis e em 1688 despencou para 1.300 réis.²¹ Já em Amsterdã custava 0,67 florins a arroba do açúcar branco em 1650, descendo para 0,28 florins em 1672.²²

Antônio Barros de Castro considera que se há uma crise do açúcar no século XVII, ela se inicia por volta de 1666 e se estende à década de noventa deste mesmo século. O autor chega a tal afirmação utilizando os preços do açúcar em Amsterdam, mostrando que se entre 1666 e 1690 os preços estavam em baixa, em torno de 1690 tais preços apresentam uma sensível melhora, situação que se estenderia até meados da segunda década do século XVIII, quando teria tido início outra depressão que se entenderia por cerca de meio século.²³ Se invocarmos o valor do contrato de arrematação dos dízimos reais para avaliar o funcionamento da economia açucareira, veremos que os números se aproximam da análise de Barros de Castro. Apesar de alguns picos de alta, entre os anos de 1660 e 1680 o valor do contrato apresenta os valores mais baixos de toda a segunda metade do século XVII.²⁴ Já entre 1680 e 1702, descontando algumas poucas baixas, os valores são em geral altos, alcançando entre 1701 e 1702 o maior pico no valor da arrematação.²⁵

Independentemente dos anos em que houve melhoras ou baixas na economia açucareira do período, o que sabemos é que o contexto geral de dificuldades econômicas trouxe consigo um dos mais sérios problemas para o funcionamento dos engenhos: o endividamento dos produtores, ou seja, senhores de engenho e lavradores de canas. Neste período o endividamento chegou a níveis alarmantes. Sem meio circulante disponível, os produtores apelavam aos financiamentos de entressafra para conseguir comprar os produtos vindos do Reino. Isso significava que a safra era vendida antecipadamente por um preço bem abaixo do usual. Ou, para atividades de manutenção do engenho e reposição de mão de obra, faziam vultosos empréstimos dando também como garantia as safras vindouras. Nesse esquema de constantes endividamentos muitos se viam ameaçados de perder seus bens e seus próprios engenhos. Segundo um observador da época “a necessidade sujeita os compradores e por isso são todos empenhados quanto a Vossa Excelência consta e se vê nas contínuas

execuções com que são compostos e destruídos.” Assim, “todas essas coisas têm os homens do Brasil para se acharem sempre empenhados e deverem mais do que possuem.”²⁶

Através principalmente da Câmara de Olinda senhores e lavradores recorriam diretamente à Coroa para impedir que seus bens fossem sequestrados para saldar as dívidas. Alegavam uma série de dificuldades financeiras na capitania, pedindo que não fossem executados nas suas fazendas, propriedades e fábricas, mas sim nos seus rendimentos.²⁷ A Coroa, neste caso particular, dava certa proteção aos senhores de engenho. Em alvará de 1663 proibiu-se a arrematação de engenhos para cobrança de dívidas. A mesma proibição foi imposta por provisão de 1676 por tempo de 6 anos. Em 1683 a Coroa, “sensibilizada” pelos apelos dos produtores de Olinda, mais uma vez concede a mesma provisão por 6 anos.²⁸ As provisões da Coroa impedindo o sequestro de bens e propriedades dos produtores foram prorrogadas repetidas vezes ao longo do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, como veremos mais à frente.

Após um curto período de recuperação conjuntural entre 1690 e 1710, sucedem-se vários anos de dificuldades e problemas. Em torno de 1710 os engenhos da capitania exportavam cerca de 12.300 caixas de açúcar²⁹, que eram exportadas ao preço médio de 960 a 1120 réis a arroba.³⁰ Ao longo do século a tendência foi de permanência das dificuldades, exportando-se em 1750 apenas 5.500 caixas do produto.³¹ Por estes mesmos anos os engenhos produziam, um total de 240.000 arrobas, bem abaixo de 1710, quando se produziam 403.500 arrobas.³² A situação viria a melhorar em 1761, quando sob a atuação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba³³, o açúcar conseguiu uma melhor colocação no mercado europeu, o que estimulou a produção e a exportação, que chegou em torno de 7.200 caixas.³⁴ Na mesma época a capitania possuía (juntamente com Paraíba e Rio Grande) 309 engenhos³⁵ que produziam 8.209 caixas ao ano.³⁶

O abastecimento de escravos para os engenhos e lavouras passava por problemas, já que a constante procura por escravos em Minas Gerais fez com que esta região fosse o mercado preferido na venda de escravos, pois aí se alcançavam melhores preços. Em 1719 a Câmara de Olinda reclamava “do lastimoso estado a que se tem reduzidas aquelas capitanias por falta de escravos de Angola e Costa (da Mina).” Isso ocorria, segundo a câmara, porque muitos escravos que desembarcavam em Pernambuco eram remetidos para as Minas, pois “sempre naquela praça estão de quantidade de pessoas que vivem de os comprar para elas e os pagavam por preços tão exorbitantes que nenhum morador os podia chegar a igualar.”

Situação também percebida e relatada pela Câmara do Recife, que comentava sobre o alto preço dos escravos: “havendo-os tido em outro tempo por quarenta até cinquenta mil réis, hoje os tem por cento e setenta e cento e oitenta mil réis.”³⁷ Por conta disso pedia a Câmara de Olinda que ordenasse que os escravos que viessem de Angola e da Costa da Mina não pudessem ser remetidos para o Rio de Janeiro, nem por mar nem por terra.³⁸

Os problemas decorrentes do sistema de frotas, relatado por um observador em fins do século XVII, como vimos mais acima, parecem ter persistido nas primeiras décadas do século XVIII, trazendo complicações para os negócios do açúcar na capitania. Sebastião de Castro e Caldas, governador de Pernambuco, em 1708 dizia ao rei D. João V que a frota de Pernambuco deveria entrar e sair do porto no verão sem dependência das outras frotas, pois de outra maneira ficariam a praça e os moradores em total ruína.³⁹ Certamente tal proposição do governador está ligada a necessidade de dar uma saída mais rápida ao açúcar, evitando que o produto ficasse armazenado durante muito tempo nos armazéns prejudicando a qualidade do produto. Percebe-se assim que o próprio sistema de frotas, idealizado pela Coroa portuguesa para dar mais segurança e controle aos navios carregados de açúcar no Atlântico, era mais um fator que trazia conseqüências negativas para o bom andamento do funcionamento dos engenhos.⁴⁰

A julgar pelos clamores dos produtores, os engenhos viviam tempos de grandes dificuldades. Entre 1711 e 1725 os senhores de engenho e lavradores de canas através da Câmara de Olinda fizeram nada menos que 10 pedidos de provisão à Coroa para que seus bens não fossem executados pelas dívidas.⁴¹ Os produtores através da câmara se queixavam continuamente do “miserável estado da terra por falta de cabedal“ ou das “calamidades do tempo“, o que trazia consigo as execuções de bens, nas quais senhores e lavradores perdiam bois e escravos, impossibilitando-os de produzir canas e açúcares. O tom dos seus clamores dá uma medida do “desespero“ dos produtores: “tornamos a pedir a Vossa Majestade que ponha os olhos de sua real clemência e piedade nestes seus humildes vassallos, porque a sua extrema necessidade os faz dignos da real compaixão de Vossa Majestade.”⁴² O “pesadelo” com as dívidas só teve um alívio maior em 1725 quando a Coroa, depois de passar várias provisões temporárias, deu uma resolução definitiva à questão, declarando que se deveria passar provisão sem limitação de tempo para que os senhores de engenho e lavradores de canas de Pernambuco não fossem executados nos seus bens.⁴³

As análises de Barros de Castro estão de acordo com as informações trazidas pelos senhores e lavradores locais, já que o autor afirma que da segunda década do século XVIII até pelo menos a sexta década deste século seguiu-se “uma segunda depressão, terrível por sua intensidade e extensa em sua duração”. Assim como os depoimentos do Marquês de Angeja, Vice-rei do Brasil, que também se mostram em consonância com o que relatavam os produtores.⁴⁴ No entanto, J.H Galloway apresenta uma cronologia diferente para uma crise do açúcar na primeira metade do século XVIII. Para o autor, entre 1700 e 1730 teria havido uma fase de prosperidade nos negócios do açúcar em Pernambuco, atestada pelos bons valores alcançados no contrato do imposto dos dízimos, que incidia diretamente sobre a produção açucareira. Prosperidade essa apenas brevemente interrompida por conturbações políticas como a Guerra dos Mascates, ou por breves períodos de seca, mas que não afetariam estruturalmente os bons ventos produtivos do açúcar. Segundo o autor é na década de 30 que os índices de produção de açúcar atestam sensíveis baixas, portanto apenas a partir daí poderíamos falar em depressão na economia açucareira em Pernambuco.⁴⁵

No entanto, é necessário considerar que durante esses 30 anos de suposta prosperidade que Galloway alega, houve momentos de evidentes dificuldades para o açúcar, a exemplo dos anos entre 1724 e 1726. Em 1724 se dizia que havia dois anos que não se arrematavam os dízimos por não haver quem o quisesse arrematar, cobrando-se o tributo pela Fazenda Real.⁴⁶ No ano seguinte o mesmo contrato também não foi arrematado, segundo o provedor João do Rego Barros, devido à “esterilidade”, cobrando-se mais uma vez pela Fazenda Real.⁴⁷ Em 1726 o contrato foi finalmente arrematado, mas para isso teve que ficar em praça mais do que o tempo normal, pois não apareciam lançadores.⁴⁸

Os dados compulsados por Ângelo Carrara levam a conclusões semelhantes às de Galloway. Em 1707 os dízimos reais alcançaram o pico em torno de 32 contos de réis, enquanto em 1742 chegavam a sua maior baixa com o valor por volta de 11 contos. Se fizéssemos uma média para o período entre 1707 e 1759, os dízimos andariam em torno do valor de 20 contos de réis.⁴⁹ Percebe-se assim a partir do autor que da década de 30 até 1750 os índices que indicam a produção de açúcar estavam em níveis bastante baixos, indicando um período de dificuldades econômicas.

Os negócios do açúcar

Percebemos acima que a despeito da situação de crise ou dificuldades enfrentadas pela economia açucareira, continuamente relatadas por observadores, autoridades e produtores, o número de engenhos não cessava de crescer tanto entre 1655 e 1710, quanto entre este ano e 1750. Portanto, chegou o momento de propor uma resposta à pergunta que abriu este artigo e que motivou este trabalho.

Começamos analisando um setor de negócios que mantinha relação direta com a produção dos engenhos: a arrematação dos contratos de impostos. Primeiramente é importante assinalar que os valores da arrematação destes contratos era uma fonte de receitas fundamental para os cofres da Coroa. Já em 1618 o autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil* destacava o quanto os engenhos e sua produção eram capazes de gerar um bom dinheiro para a Coroa através da cobrança de impostos na capitania e da entrada dos açúcares da alfândega de Lisboa.⁵⁰ Certamente era pensando nisso que a Coroa tomava suas medidas - como as provisões impedindo a arrematação dos bens dos produtores - procurando proteger senhores e lavradores para manter o funcionamento dos engenhos e lavouras de cana. O Conselho Ultramarino, em geral, procurava ouvir os produtores que alertavam que sem a proteção real “se extinguirão de uma vez as fazendas dessa capitania, que sem lavradores que a cultivem não podem conservar”⁵¹. E mesmo irritada ou aborrecida com os senhores de engenho de Olinda por conta da sua atuação na Guerra dos Mascates, a Coroa reconhecia a vitalidade dos engenhos para a capitania e a necessidade de proteção aos produtores, afirmando: “esses vassalos pelo que tem feito não são dignos deste (provisão para não execução de bens para pagamento de dívidas), nem de nenhum outro favor, porém é útil ao bem comum e à conservação dos engenhos que não se faça execução na fábrica dos engenhos”.⁵²

Existiam em torno de 17 contratos de impostos em Pernambuco, alguns administrados pela Câmara de Olinda e outros pela provedoria até 1727, e daí em diante todos administrados pela provedoria, dos quais 6 ou 7 (a depender do período) estavam relacionados diretamente à economia dos engenhos. Consideramos interessante verificar os valores alcançados por estes contratos e a partir daí perceber o volume de recursos que eram movimentados por este setor da economia relacionado aos engenhos.

**Valor dos contratos de impostos relacionados à produção nos engenhos em torno de
1712⁵³**

Dízimos reais	41\$050 cruzados
Subsídio das aguardes da terra	1:225\$000 réis
Subsídio do açúcar	36\$100 cruzados
Contrato da balança	14\$250 cruzados
Renda da garapa	9\$000 cruzados
Pensão dos engenhos	2\$550 cruzados

**Valor dos contratos de impostos relacionados à produção nos engenhos em torno de
1750⁵⁴**

Dízimos reais	17:786\$353 réis
Subsídio do açúcar	5:717\$382 réis
Pensão dos engenhos	1:082\$000 réis
Subsídio das aguardentes da terra	595\$269 réis
Contrato da pensão de 80 réis por cada caixa de açúcar e 40 réis por feixo	343\$484 réis
Contrato das garapas	157\$560 réis

Como se pode ver a economia dos engenhos movimentava uma considerável soma de dinheiro em impostos. É bom assim lembrar que a arrematação de contratos de impostos consistia em um setor de negócio dos mais rendosos na capitania, atraindo os negociantes mais prósperos e com maior capacidade de investimento. Em certa medida era a produção nos engenhos que tornava possível partedesse ramo de negócios. Inclusive, é importante que se diga que o maior de todos os contratos da capitania, o dos dízimos reais, tinha seu valor relacionado ao ritmo da produção nos engenhos. De alguma maneira esse ramo de negócios relacionado aos engenhos permitia certa acumulação interna na capitania, visto que boa parte dos negociantes arrematadores desses contratos eram agentes mercantis sediados na praça do Recife. Conforme George F. Cabral de Souza e Clara F. de Araújo mostraram, até mesmo no valioso contrato dos dízimos reais a presença desses agentes era freqüente.⁵⁵ O lucro alcançado pelos contratadores em cada contrato nos dá uma medida de quanto o

funcionamento dos engenhos e lavouras gerava uma razoável acumulação através da arrematação.

Lucro anual dos contratadores dos contratos ligados à economia dos engenhos em torno de 1750⁵⁶

Dízimos reais	4:474\$019 réis
Subsídio do açúcar	2:373\$991 réis
Pensão dos engenhos	480\$050 réis
Subsídio das aguardentes da terra	211\$073 réis
Contrato das garapas	93#849 réis
Contrato da pensão de 80 réis por cada caixa de açúcar e 40 réis por feixo	43#222 réis

Percebe-se acima que a arrematação de contratos ligados aos engenhos e lavouras era uma atividade que trazia um razoável lucro aos contratadores. Há que se destacar o contrato dos dízimos reais que rendeu mais de quatro contos de réis por ano ao seu contratador – sem contar com o lucro com a venda do açúcar (proveniente da cobrança do imposto) que esses contratadores remetiam ao reino –, e o do subsídio do açúcar que rendeu mais de dois contos de réis.

Queremos também chamar atenção especificamente para um dos contratos acima citados: o do subsídio das aguardentes da terra. O valor alcançado por este contrato em 1712 (1:225\$000 réis), sendo o segundo maior contrato relacionado à economia dos engenhos, dá uma medida do quanto a produção e o comércio de aguardente era importante para a economia da capitania. Sobretudo se tivermos em conta que boa parte do produto produzido era destinada ao comércio de escravos com a África. O próprio nome completo deste contrato – “contrato do subsídio das aguardentes da terra que se embarca para Costa da Mina e Angola” – já mostra como o produto estava vinculado ao trato negreiro. Em fins do século XVII Pernambuco era o segundo maior exportador de cachaça para Angola, perdendo apenas para a Bahia.⁵⁷ Por esta mesma época a quantidade de aguardente remetida para Angola parece ter sido considerável, pois a Coroa impôs uma ordem para que não se mandassem aguardentes de Pernambuco para Angola. A Coroa justificava a ordem dizendo que seria por conta “dos danos que causa com as mortes na infantaria.”⁵⁸

Portanto, podemos dizer que um setor de negócio oriundo da produção das lavouras de cana e dos engenhos – a produção e o comércio de aguardente – em certa medida era o que tornava possível o abastecimento de escravos para engenhos e lavouras, ou seja, o próprio funcionamento destes. Nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro: “conquistando as feiras africanas, a cachaça proporciona lucros aos senhores de engenho, aumenta a oferta de escravos e assegura a preeminência brasileira sobre o tráfico negreiro na África Central.”⁵⁹

O próprio tráfico de escravos também era um setor de negócios que mantinha um forte vínculo com a economia açucareira, já que, descontados os que eram remetidos para as minas, boa parte dos escravos desembarcados na capitania destinava-se à reposição da mão de obra dos engenhos e lavouras. Os tratos comerciais constantes de Pernambuco com Costa da Mina e Angola através das mercadorias produzidas na capitania como tabaco e cachaça, de certa forma, é o que viabilizava a aquisição de escravos pelos produtores locais mesmo em períodos de dificuldades. Nesse caso, além da já citada cachaça, devemos chamar a atenção para a importância do tabaco neste comércio, sobretudo no trato com a Costa da Mina. A fumicultura praticada principalmente no sul da capitania fornecia a mercadoria que, juntamente com outras, articulava a importação de escravos desta região africana para Pernambuco. Muito tabaco foi enviado da capitania para a África entre meados do século XVII e meados do XVIII, sobretudo na primeira metade deste século, como atestam as palavras de autoridades coloniais desta época.⁶⁰

Além disso, o tráfico também gerava importantes contratos de impostos, como o contrato dos Direitos sobre a entrada de escravos no Brasil e o dos Direitos sobre a saída de escravos para as Minas Gerais, arrematados por vezes por negociantes locais. Sem contar que negociantes sediados na praça do Recife estavam engajados no tráfico de escravos com Angola e Costa da Mina.⁶¹ Assim, podemos afirmar que o volume de negócios de Pernambuco com os portos negreiros da África e o contingente de escravos desembarcados na capitania certamente estão relacionados ao crescente incremento do número de engenhos no período que estamos aqui considerando.

Certamente o número de engenhos crescia porque na época essas unidades produtivas eram encaradas como capazes de gerar um lucro razoável e encetar outras atividades econômicas. Isso é atestado pelo fato de vários negociantes do Recife possuírem engenhos. George F. Cabral de Souza nos diz que pelo menos 25 negociantes desta praça possuíam engenhos, incluindo indivíduos de grossos cabedais que atuavam nas atividades

mais lucrativas da capitania como o tráfico de escravos e a arrematação de contratos de impostos.⁶²

Sabemos que a posse de um engenho na sociedade colonial representava o símbolo de pertencimento à elite local e significava o viver “à lei da nobreza” através da posse de terra e escravaria. Isso poderia levar alguns negociantes prósperos a adquirir terras e engenhos, onde muitas vezes tal aquisição poderia ser a coroação de uma carreira de negócios de sucesso. No entanto, o que queremos aqui destacar é que a aquisição de engenhos por negociantes também pode indicar que estes encaravam isto como um investimento em uma atividade que consideravam de razoável potencial lucrativo. Cabral de Souza mostrou que alguns homens de negócio do Recife “verticalizavam” suas atividades, ou seja, procuravam controlar todas as etapas de um negócio, como por exemplo, no caso de indivíduos que possuíam fazendas de gado no sertão, nestas produziam couros que eram beneficiados nos seus próprios curtumes no Recife e usavam seus barcos para exportarem o couro e assim adquirir outras mercadorias que seriam trocadas por escravos na África que por sua vez seriam usados em suas fazendas. Deste modo propomos aqui que os negociantes do Recife que adquiriam engenhos também poderiam estar em busca de “verticalizar” os seus negócios: o mesmo indivíduo poderia produzir açúcar no engenho, arrematar contratos ligados ao açúcar e comercializar o açúcar para o reino. Ou mesmo podemos plausivelmente conjecturar que alguns destes engenhos produziam a cachaça que seria usada por negociantes envolvidos no trato negreiro para trocar por escravos na África que seriam vendidos na capitania e abastecer os próprios engenhos de propriedade de negociantes.

Considerações finais

É importante perceber que em um interregno em torno de 100 anos a economia açucareira foi acometida por problemas e dificuldades e que a existência dos engenhos e lavouras parecia seriamente comprometida. Mas, não obstante, a produção não se estagnava, o número de engenhos não diminuía. Ainda mais digno de nota é o razoável crescimento do número de unidades produtivas em meio a ditas “crises” ou contextos desfavoráveis ao açúcar. Os produtores, os mais prejudicados, se queixavam continuamente e apelavam ao rei para solução dos seus problemas, o que não os impedia de tocar os seus negócios e dar prosseguimento à produção do açúcar.

O que queremos aqui colocar é o fato de a economia açucareira engendrar uma variada gama de negócios em Pernambuco os quais sem o funcionamento de lavouras e engenhos simplesmente não existiriam. Tais negócios originados a partir do açúcar davam vida à economia da capitania ao mesmo tempo em que retroalimentavam a produção do açúcar. Assim, é interessante notar o quanto a estrutura produtiva dos engenhos e lavouras estava conectada aos negócios mais importantes e lucrativos da capitania, como a arrematação de contratos e o tráfico de escravos, tornando-os possíveis e gerando acumulação interna que repercutiria na própria dinâmica econômica dos produtores.

Portanto, a economia do engenho não estava apenas no engenho, a economia açucareira não consistia apenas em produzir e vender açúcar. Podemos assim dizer que todos os negócios articulados à produção dos engenhos e lavouras de alguma maneira faziam parte do que chamamos de economia açucareira. Na verdade era a articulação de todos esses negócios em torno do açúcar que tornava possível uma economia açucareira de tanta longevidade e vitalidade. Não há como imaginar o intenso movimento do porto do Recife e o desenvolvimento da sua pungente comunidade mercantil sem um grande número de engenhos funcionando. Assim como não há como pensar as vinculações da capitania com o império português e com o mundo atlântico sem o açúcar. O engenho era o centro de uma engrenagem complexa que não teria vida sem ele.

Desse modo, o que trazemos aqui é uma proposta para se pensar o açúcar e a economia da capitania como um todo a partir de uma visão que trata o engenho como muito mais do que ele parece ser. Longe de colocar uma resposta definitiva ou afirmar objetivamente uma solução para a nossa pergunta inicial, buscamos aqui propor que se deve considerar que o número de engenhos sempre ascendia porque ao mesmo tempo em que eles davam vida a tantos negócios, tais negócios estimulavam o próprio crescimento das unidades produtivas.

¹Traslado do rendimento das pensões, redízima e vintena e outras coisas mais que esta capitania de Pernambuco pagava ao donatário Dom Miguel Portugal -1655. Publicado por Evaldo Cabral de Mello em RIAP, vol. XLVIII, 1976.

²Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em 1623, por José Israel da Costa. Publicado por José Antônio Gonsalves de Mello em: Publicado por José Antônio Gonsalves de Mello em: Fontes para a história do Brasil holandês. Tomo I.MEC/SPHAN/Fundação Pro-memória. Recife, 1981.

³SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 148.

⁴Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638. Publicado por José Antônio Gonsalves de Mello em: Fontes para a história do Brasil holandês. Tomo I. Op. cit.

⁵Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil datado de 10 de dezembro de 1639, por Adriaen Van Der Dussen. Publicado por José Antônio Gonsalves de Mello em: Publicado por José Antônio Gonsalves de Mello em: Fontes para a história do Brasil holandês. Tomo I. Op. cit.

⁶Tanto é que, conforme afirma Evaldo Cabral de Mello, na relação dos engenhos de Pernambuco de 1655 ambas as localidades não aparecem, pois o documento se limita aos engenhos compreendidos entre a ribeira do Capibaribe (Várzea e São Lourenço) e as Alagoas, excluindo os engenhos de Paratibe e Igarassu, pois com a evacuação da parte norte da capitania em 1648 a região ficou despovoada e os engenhos paralisados.

⁷A freguesia da Várzea do Capibaribe teve seu número de engenhos diminuídos de 21 para 16 entre 1639 e 1655. ; LISBOA, Breno Almeida Vaz. A Doce riqueza da Mata: São Lourenço e o açúcar no Brasil Colonial. In: RIAP, n. 65, 2012. Em parte isso está ligado ao fato de a insurreição ter sido organizada em terras pertencentes a esta freguesia, onde ficava o Arraial Novo Bom Jesus, centro de articulação das tropas locais na Restauração. Sabe-se que nessa freguesia o engenho Apipucos foi saqueado em 1645, de onde se levou “todo o seu gado de cabras, carneiros e porcos e alguns bois, e os cavalos dos moradores e escravos.” Citado por: MELLO, Evaldo Cabral de. O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 66. Além disso, uma importante batalha se deu em terras da freguesia no mesmo ano de 1645, a conhecida batalha de Casa Forte. Tal batalha foi travada no Engenho da Casa Forte. “O engenho, atual bairro da Casa Forte no Recife, era conhecido por engenho do Tournalon, do nome do segundo marido, já falecido, da sua proprietária Ana Pais d’altro. A casa grande e a fábrica do engenho erguiam-se ao lado da capela, ao fundo da atual praça da Casa Forte.” MELLO, Evaldo Cabral de. O Brasil holandês. São Paulo: Penguin Classics, 2010, pg. 494. A narrativa da batalha de Casa Forte em: CALADO, Manoel. O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade. Vol. 2. Recife: CEPE, 2004, pp. 52-60.

⁸As duas freguesias açucareiras mais importantes do termo de Olinda (juntamente com a Várzea), Santo Amaro de Jaboatão e Ipojuca, tinham em 1655 um número de engenhos igual ou maior ao que tinham em 1639. LISBOA, Breno Almeida Vaz. A Doce riqueza da Mata. Op. Cit.

⁹ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982, p. 56.

¹⁰Segundo Evaldo Cabral de Mello as capitanias ao norte de Pernambuco foram evacuadas com a guerra holandesa e tiveram que ser repovoadas após a Restauração. Na verdade, “de 1654 em diante, o Nordeste, de Olinda para cima, teve de ser colonizado a partir da estaca zero” MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. São Paulo: Editora 34, 2007, p.173. Em relação à Paraíba, a estrutura produtiva estava comprometida com a maioria dos engenhos destruídos ou de fogo morto. Mesmo repovoada, a capitania nunca chegou a possuir mais de 20 engenhos, situação que persistiria ao longo de muito tempo. “Pelo menos até meados da segunda metade do século XVIII a sua economia ficou num estado de *letargia profunda*, em que a precariedade era a regra.” MENEZES, Mozart Vergetti de. COLONIALISMO EM AÇÃO: Fiscalismo economia e sociedade na Paraíba (1647-1755). Tese de Doutorado.São Paulo: USP, 2005, p. 75. Por conta dessa difícil situação econômica a Provedoria da capitania estava sempre com as contas em aperto, com sérias dificuldades de dar conta dos seus pagamentos. Quanto à Itamaracá, segundo Manuel Correia de Andrade, após a Restauração a capitania viveu “uma agonia secular”, pois além da crise do açúcar, a cada momento perdia poder e influência face às pressões de Pernambuco e da Paraíba, culminando com a extinção da capitania e a sua anexação a Pernambuco em 1763. ANDRADE, Manuel Correia de. Itamaracá, uma capitania frustrada. Recife: FIDEM – Centro de Estudos de História e Cultura Municipal – CEHM, 1999. Para se ter uma idéia da fragilidade econômica da capitania, em torno de 1710 o governador da capitania da Paraíba tentou anexar Itamaracá à Paraíba, sugerindo ao rei que assim se fizesse. Registre-se também que em torno 1708 o contrato dos dízimos de Itamaracá passa a ser arrematado em Pernambuco e que por estes anos o provedor de Itamaracá era obrigado a remeter todo o rendimento da Fazenda Real Da capitania ao almoxarife de Pernambuco. AHU. Códice 246 (Registro de cartas régias para o governador geral do Estado do Brasil, magistrados da Relação da Bahia e outras entidades desta capitania. 1695–1715).

¹¹LISBOA, Breno Almeida Vaz. A Doce riqueza da Mata. Op. Cit. P.

¹²MELLO, José Antônio Gonsalves de. Um Mascate e o Recife. A vida de Antônio Fernandes Matos no período de 1671-1701. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, pp. 78-79.

- ¹³ Idem; MARANHÃO, José de Albuquerque. História de São Lourenço da Mata. São Lourenço da Mata: Publicado pela Prefeitura de São Lourenço da Mata, 1954.
- ¹⁴ Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1749). Publicado em 1908 no Vol. XXVIII dos Anais da Biblioteca Nacional, pp. 361-362.
- ¹⁵ Idem.
- ¹⁶ Parecer e Tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil, arruinando o comércio deste, feito por João Peixoto Viegas, e enviado ao Marquês das Minas, conselheiro de Sua Majestade e então governador geral da cidade da Bahia. In: COSTA PORTO, José da. O açúcar num documento colonial. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1984. p. 98.
- ¹⁷ Idem, p. 54.
- ¹⁸ Idem.
- ¹⁹ Ibidem, p. 98.
- ²⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. A fronda dos mazombos: Nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 47.
- ²¹ GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). Revista de História da USP, São Paulo, n. 15, jul./set. 53, p. 69-88.
- ²² FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003, p. 107.
- ²³ CASTRO, Antônio Barros de. Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: Um estudo sobre os trabalhos do Açúcar e a política econômica dos Senhores. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1976, pp. 33.
- ²⁴ Carta do governador da capitania de Pernambuco, André Vidal de Negreiros, ao rei D. Afonso VI, sobre solicitação dos contratadores dos dízimos e subsídios da capitania de conceder licença a alguns navios para navegarem sem frota, transportando açúcar. Anexos: 10 docs. 9 de abril de 1660. AHU_ACL_CU_015, Cx. 7, D. 617; LOPES, Gustavo Acioli. Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco: (1654-1760). São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado, pp. 23-24.
- ²⁵ Informação do Conselho Ultramarino sobre a relação de todos os contratos das rendas dos dízimos e subsídios administrados pela Câmara de Pernambuco e arrematados por Gonçalo Ferreira da Costa, desde 1675 até 1688. Posterior a 1688. AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1466; Requerimento de Gonçalo Ferreira da Costa ao rei D. Pedro II, pedindo o hábito de Cristo com tenças efetivas no dízimos reais da capitania de Pernambuco, em remuneração aos serviços prestados na dita capitania. Anexos: 22 docs. Anterior a fevereiro de 1691. AHU_ACL_CU_015, Cx. 15, D. 1540; Requerimento do tesoureiro-geral da Câmara de Olinda, capitão Feliciano de Melo da Silva, aos oficiais dela, pedindo mandado de despesas com o pagamento de soldo aos dois Terços de Infantaria e demais Gente de Guerra. Anexos: 12 docs. Obs.: m. est. Anterior a 29 de dezembro de 1690 AHU_ACL_CU_015, Cx. 15, D. 1532; MELLO, José Antônio Gonsalves de. Um Mascate e o Recife. A vida de Antônio Fernandes Matos no período de 1671-1701. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p. 77.
- ²⁶ COSTA PORTO, José da. O açúcar num documento colonial. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1984. p. 104.
- ²⁷ PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Anais Pernambucanos. V. 3. Edição Coleção Pernambucana, Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1983.
- ²⁸ Ibidem
- ²⁹ ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. Op. cit., p. 56.
- ³⁰ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003, p. 116.
- ³¹ GALLOWAY, J.H. Nordeste do Brasil, 1700-1750. Reexame de uma crise. Revista Brasileira de Geografia, n. 36 (1974), p. 95.
- ³² SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 150.
- ³³ Apesar dessa melhora na situação do açúcar, houve momentos de problemas e oposição dos senhores de engenho à política da companhia. Em 1770 os embarques de açúcar diminuíram e o preço das mercadorias aumentou. Como solução para a crise, a mesa de inspeção (formada por representantes dos senhores de engenho e dos negociantes, responsáveis pela fixação do preço do açúcar) resolveu colocar um valor adicional de 200 cruzados para cada arroba de açúcar, o que não foi prontamente aceito pela companhia. Depois de uma série de discussões, a companhia finalmente se rende e cede ante a nova determinação do preço do açúcar. SOUZA, George Félix Cabral de. Elites e exercício de poder en el Brasil colonial: La Cámara Municipal de Recife (1710-

1722). Salamanca: Tesis Doctoral. Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica de la Universidad de Salamanca, 2007, pp. 408-412. Além disso, a tal melhoria não afastou o antigo e onipresente “fantasma” das dívidas para os senhores de engenho, já que muitos destes nas últimas décadas do século XVIII deviam grandes somas de dinheiro à companhia e tinham seus bens penhorados para a garantia dos pagamentos. Viviam os senhores locais imersos em “empenhos que não se dissolvem”. Até mesmo famílias ilustres e tradicionais que figuravam entre “os principais da terra”, como os Paes Barreto, os Albuquerque Maranhão ou os Rego Barros viviam essa mesma situação. MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. O empenho que não se dissolve. Notas de pesquisa sobre o endividamento de senhores de engenho de Pernambuco, século XIII, início do XIX.

³⁴ GALLOWAY, J.H. Nordeste do Brasil...Op. cit. p. 95.

³⁵ Mapas estatísticos de Pernambuco (1763) Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos. Não sabemos como o autor chegou a essa informação, mas Dauril Alden destacou que destes engenhos, 268 pertenceriam apenas a Pernambuco. ALDEN, Dauril. “O período final do Brasil colônia, 1750-1808”. In: BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: América Latina Colonial. V.2. São Paulo: USP, 1999, p.557.

³⁶ Notas referentes à produção de açúcar nos anos de 1764 e 1776 nas capitanias de Pernambuco e Paraíba. BNRJ. Seção de Manuscritos.

³⁷ Carta dos oficiais da Câmara do Recife a Vossa Majestade sobre a nova imposição imposta no açúcar. 16 de setembro de 1722. Consultas do Conselho Ultramarino. Pernambuco e outras capitanias. (1717-1726). V. 99, pp. 155-156. DHBN. Ainda sobre o comércio entre Pernambuco e as Minas Gerais há informações interessantes em: BONIFÁCIO, Hugo Demétrius Nunes Teixeira. Nas rotas que levam às minas: mercadores e homens de negócios da capitania de Pernambuco no comércio de abastecimento da região mineradora no século XVIII. Recife: UFPE, 2012. Dissertação de Mestrado.

³⁸ Carta dos oficiais da Câmara da cidade de Olinda informando Vossa Majestade do lastimoso estado a que estão reduzidas as capitanias por falta de escravos. 5 de julho de 1719. Consultas do Conselho Ultramarino. Pernambuco e outras capitanias. (1717-1726). V. 99, pp. 85-87. DHBN. Na Bahia também se reclamava dos altos preços dos escravos africanos em decorrência da exploração do ouro nas Minas Gerais. Os produtores locais atacavam o problema argumentando em favor dos senhores de engenho e lavradores de canas ressaltando a vitalidade da economia açucareira para monarquia portuguesa. Falavam que ficava “em perigo esse estado de não haver quem trate de lavouras sendo estas as que enriquecem os vassalos e também as monarquias“. AHU. Códice 246 (Registro de cartas régias para o governador geral do Estado do Brasil, magistrados da Relação da Bahia e outras entidades desta capitania. 1695–1715).

³⁹ Carta do governador da capitania de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, ao rei D. João V, sobre a conveniência da entrada e saída das frotas no verão e da falta de dinheiro na dita capitania. Anexos: 2 docs. 1708, agosto, 25, Pernambuco AHU_ACL_CU_015, Cx. 23, D. 2093.

⁴⁰ Segundo a Câmara de Salvador o sistema de frotas também trazia problemas para a economia da Bahia. Em torno de 1710 os oficiais da câmara reclamavam do atraso das frotas relatando que por vezes estas chegavam a demorar dois anos a aportar na capitania. Pediam remédio para a tal situação enfatizando os prejuízos para a economia local “assim pelo que respeita aos frutos da terra como pela falta que lhes faz o provimento dos gêneros deste reino“.AHU. Códice 246.

⁴¹ Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei D. João V sobre as razões que têm os moradores e senhores de engenho de pedirem provisão para que não sejam executados mais do que nos rendimentos das suas fazendas. 30 de novembro de 1711. AHU_ACL_CU_015, Cx. 24, D. 2227; Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei D. João V sobre o lamentável estado em que se encontram os moradores daquela capitania, pedindo provisão para que eles não sejam executados por dívida nas suas fazendas, propriedades e fábricas, mas sim na metade de seus rendimentos. 12 de junho de 1712. AHU_ACL_CU_015, Cx.25, D.2253; Carta dos oficiais da Câmara de Olinda representando a Vossa Majestade a petição dos senhores de engenho para que não sejam executados nos seus engenhos, roças, fazendas móveis ou de raiz, somente nos rendimentos. 27 de junho de 1714. Consultas do Conselho Ultramarino. Pernambuco e outras capitanias. (1712-1716). V. 98, pp. 218-221. DHBN; Carta dos oficiais da Câmara da cidade de Olinda, pedindo a Vossa Majestade, em nome dos donos de engenho de açúcar, lhes conceda provisão para não serem executados em seus bens de qualquer qualidade que sejam. 14 de março de 1718. Consultas do Conselho Ultramarino. Pernambuco e outras capitanias. (1716-1727). V. 99, pp. 39-41. DHBN; Provisão Régia a Vasco Fernandes Cesar de Menezes tratando da solicitação dos oficiais da Câmara de Olinda de concessão do mesmo indulto concedido aos senhores de engenho e lavradores de cana da Bahia (17/10/1722). BNRJ. Seção de Manuscritos. Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei D. João V sobre o lamentável estado em que se encontram os moradores e pedindo que apenas sejam executados os rendimentos de suas fazendas. 8 de dezembro de 1723. AHU_ACL_CU_015, Cx.30, D. 2701; Carta dos oficiais da Câmara da

cidade de Olinda pedindo a Vossa Majestade lhes conceda provisão para que os senhores de engenho e lavradores de canas só fossem executados nos rendimentos das suas propriedades. 3 de agosto de 1724. Consultas do Conselho Ultramarino. Pernambuco e outras capitanias (1716-1727). V. 99, p. 204. DHBN; Carta dos oficiais da Câmara de Olinda, pedindo a Vossa Majestade conceda aos lavradores de roça o mesmo privilégio que tem os donos de engenho e lavradores de canas. 14 de outubro de 1724. Consultas do Conselho Ultramarino. Pernambuco e outras capitanias (1716-1727). V. 99, pp. 212-213. DHBN; Carta dos oficiais da câmara de Olinda ao rei D. João V, sobre a concessão de provisão aos senhores de engenho e lavradores de cana-de-açúcar, isentando-os da execução de suas fábricas. 16 de agosto de 1725. AHU_ACL_CU_015, Cx. 32, D. 2923.

⁴² Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei D. João V sobre o lamentável estado em que se encontram os moradores e pedindo que apenas sejam executados os rendimentos de suas fazendas. 8 de dezembro de 1723. AHU_ACL_CU_015, Cx.30, D. 2701; Carta dos oficiais da Câmara da cidade de Olinda pedindo a Vossa Majestade lhes conceda provisão para que os senhores de engenho e lavradores de canas só fossem executados nos rendimentos das suas propriedades. 3 de agosto de 1724. Consultas do Conselho Ultramarino. Pernambuco e outras capitanias (1716-1727). V. 99, p. 204. DHBN; Carta dos oficiais da Câmara de Olinda, pedindo a Vossa Majestade conceda aos lavradores de roça o mesmo privilégio que tem os donos de engenho e lavradores de canas. 14 de outubro de 1724. Consultas do Conselho Ultramarino. Pernambuco e outras capitanias (1716-1727). V. 99, pp. 212-213. DHBN.

⁴³ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta dos oficiais da Câmara de Olinda, informando o estado lastimoso da capitania e pedindo para que não fossem executados em suas fábricas os senhores de engenho e lavradores e sim nos seus rendimentos. 3 de agosto de 1724. AHU_ACL_CU_015, Cx.30, D. 2755.

⁴⁴ Em 1717 o Marquês de Angeja falava a D. Lourenço de Almeida, governador de Pernambuco, sobre “o pouco rendimento que tem tido essa alfândega“, o que denota baixa capacidade de consumo da população da capitania. Carta para dom Lourenço de Almeida tratando do movimento das alfândegas no Brasil e outros assuntos (1717) BNRJ. Seção de Manuscritos. No mesmo ano em mais uma correspondência entre os tais vice-rei e governador, o Marquês de Angeja se referindo às baixas nos rendimentos da Fazenda Real no Brasil diz: “estando a arrecadação da Fazenda Real na forma que vossa senhoria por lá experimenta, o que é geral em todo o Brasil“. Carta a Lourenço de Almeida tratando da carência de alguns itens perecíveis na colônia e de problemas com castelhanos que não respeitam os tratados (1717). BNRJ. Seção de Manuscritos.

⁴⁵ GALLOWAY, J.H. Nordeste do Brasil...Op. cit.

⁴⁶ Carta ao rei, D. João V, sobre os contratos administrados pela Fazenda Real: o dos dízimos reais da capitania de Pernambuco e o das carnes. Documento sem autor. 31 de março de 1724. AHU_ACL_CU_015, Cx.30, D. 2730.

⁴⁷ Carta do provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco, João do Rego Barros, ao rei, D. João V, sobre não se ter arrematado o contrato dos dízimos daquela capitania para o ano de 1725, devido a esterilidade e por isso não foram pagas as propinas pertencentes aos ministros do Conselho Ultramarino. 13 de julho de 1725. AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2838.

⁴⁸ CARRARA, Ângelo Alves. Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil... p. 243.

⁴⁹ Idem, p.107.

⁵⁰ Diálogos das Grandezas do Brasil. Introdução por Capistrano de Abreu. Salvador: Progresso, 1956, p. 35.

⁵¹ Carta dos oficiais da câmara de Olinda ao rei D. João V sobre o lamentável estado em que se encontram os moradores daquela capitania, pedindo provisão para que eles não sejam executados por dívida nas suas fazendas, propriedades e fábricas, mas sim na metade de seus rendimentos. AHU_ACL_CU_015, Cx.25, D. 2253.

⁵² CARTA dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei [D. João V] sobre as razões que têm os moradores e senhores de engenho de pedirem provisão para que não sejam executados mais do que nos rendimentos das suas fazendas. 30 de novembro de 1711. AHU_ACL_CU_015, Cx. 24, D. 2227.

⁵³ Lista das cartas enviadas pela câmara de Olinda ao rei D. João V, referentes ao ano de 1712. 1712. AHU_ACL_CU_015, Cx. 25, D. 2273; CARTA do [provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco], João do Rego Barros, ao rei [D. João V], sobre o envio da lista das arrematações de todos os contratos realizados naquela capitania e sua importância. Anexo: 1 doc. 24 de setembro de 1713. AHU_ACL_CU_015, Cx. 25, D. 2338.

⁵⁴ Extrato do rendimento anual da Provedoria de Pernambuco, seus contratos e seus contratadores (01/08/1744-31/07/1756). BNRJ. Seção de Manuscritos.

⁵⁵ SOUZA, George Félix Cabral de. *Tratos & Mofatras*: o grupo mercantil do Recife Colonial (c. 1654-c.1759). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012; ARAÚJO, Clara Farias de. O trato dos homens de negócio de Pernambuco: metamorfoses nas hierarquias (1730-1780). Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Tese de Doutorado.

⁵⁶ Extrato do rendimento anual da Provedoria de Pernambuco, seus contratos e seus contratadores. Doc. Cit.

⁵⁷ FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intra-colonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 348-349; ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 322.

⁵⁸ Registro de carta de Sua Majestade aos oficiais da câmara em que manda se observe inviolavelmente a ordem que mandou passar de não haverem aguardentes para Angola. 5 de outubro de 1690. Cartas, provisões e ordens régias de Olinda. APEJE.

⁵⁹ ALENCASTRO, Luís Felipe de. Op. Cit. p.310. Ao mesmo tempo é preciso registrar que já há autores que chamam a atenção para a superestimação do papel da cachaça nas trocas com Angola. Gustavo Acioli afirma que um único produto (seja a cachaça ou o tabaco) não era suficiente para garantir os termos de troca para adquirir escravos na África. Apesar de os navios saídos do Brasil registrarem a carga de apenas um produto, levavam uma série de outras mercadorias, entre eles manufaturados europeus e asiáticos, para garantir as condições de comércio com Angola e Costa da Mina. Já Roquinaldo Ferreira enfatiza o papel de relevo desempenhado por outras mercadorias como armas, pólvora e tecidos da Índia no trato com Angola. FERREIRA, Roquinaldo. Op. Cit.

⁶⁰ Carta a Sua Majestade remetendo a resposta ao governador de Pernambuco, Manuel Rolim de Moura, que explica os descaminhos do tabaco naquela capitania. 27/08/1722. BNRJ. Seção de Manuscritos; Carta a Sua Majestade comunicando os inconvenientes e prejuízos experimentados pela Real Fazenda por consequência do excesso de tabaco navegado de Pernambuco para a Costa da Mina. 21/08/1722. BNRJ. Seção de Manuscritos; Carta do vice-rei tratando dos problemas ocorridos no transporte e venda de tabaco de Pernambuco para a Costa da Mina. 18/08/1722. BNRJ. Seção de Manuscritos. Gustavo Acioli Lopestraz números interessantes sobre o comércio de tabaco entre Pernambuco e Costa da Mina: LOPES, Gustavo Acioli. Op. Cit. p. 135.

⁶¹ George Félix Cabral de Souza afirma que pelo menos 12 agentes mercantis do Recife estavam envolvidos com o tráfico de escravos. SOUZA, George Félix Cabral de. Op. Cit, p. 185.

⁶² Idem, pp. 192-193.